

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 5 de dezembro de 2023 - Ata n.º 119.

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.^º Secretário) e **Goura** (na função de 2.^º Secretário), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **119.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Deputado Goura que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Goura – PDT): (Procedeu à leitura da Ata da 118.^a Sessão Ordinária, de 4 de dezembro de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Tercilio Turini se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 1089/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei

n.º 846/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.761; **Ofício n.º 1090/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a Restituição do Projeto de Lei n.º 779/2021; **Ofício n.º 1091/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 436/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.760; **Ofício n.º 1092/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 438/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.762; **Ofício n.º 1093/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 848/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.764; **Ofício n.º 1094/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 820/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.763; **Ofício n.º 1095/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 812/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.769; **Ofício n.º 1096/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 786/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.770; **Ofício n.º 1097/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 762/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.757; **Ofício n.º 1098/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 702/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.754; **Ofício n.º 1099/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 640/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.756; **Ofício n.º 1100/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 590/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.755; **Ofício n.º 1101/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 545/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.758; **Ofício n.º 1102/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 410/2021, que foi convertido na Lei n.º 21.759; **Ofício n.º 1103/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 928/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.777; **Ofício n.º 1104/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 157/2018, que foi convertido na Lei n.º 21.778; **Ofício n.º 1105/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 876/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.776; **Ofício n.º 1106/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 948/2023, que foi convertido na Lei

n.º 21.775; **Ofício n.º 1107/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 221/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.774; **Ofício n.º 1108/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 798/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.771; **Ofício n.º 1109/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 466/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.772; **Ofício n.º 1110/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 485/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.765; **Ofício n.º 1111/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 709/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.766; **Ofício n.º 1112/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 437/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.767; **Ofício n.º 1113/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 784/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.768; **Ofício n.º 1114/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 497/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.773; **Ofício n.º 3379/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação a Requerimento do Deputado Denian Couto; **Ofício n.º 3387/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta do Departamento de Trânsito o Paraná a Requerimento do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 3388/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil a Requerimento do Deputado Delegado Tito Barichello; **Ofício n.º 3391/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta do Instituto Água e Terra a Requerimento dos Deputados Soldado Adriano Jose, Maria Victória, Adão Litro, Denian Couto, Cloara Pinheiro, Bazana, Marcia Huçulak, Gilson de Souza, Batatinha, Samuel Dantas, Delegado Tito Barichello, Cristina Silvestre, Alexandre Amaro, Hussein Bakri, Tiago Amaral, Thago Buhrer, Tercílio Turini, Cobra Reporter e Gilberto Ribeiro. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, vamos, neste primeiro momento, valendo-se do Grande Expediente, por proposição da Deputada Márcia Huçulak, será destinado à entrega de uma Menção Honrosa ao advogado curitibano Danilo Doneda, *in memoriam*. A Menção Honrosa *in memoriam* é uma homenagem ao trabalho de

Danilo Doneda, por seu trabalho de impacto nacional na área do direito digital e da proteção de dados, sendo reconhecido como pai da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira. Registramos aqui na Casa a presença da Sr.^a Luciana Doneda, a viúva, dos filhos Dora Doneda, Adriano Doneda e Eleonora Doneda, também da sua irmã, Sr.^a Daniele Maganhoto Doneda, do amigo do homenageado, Sérgio Said Staut Júnior, Diretor do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná. Também, ao tempo em que anuncio a presença desses ilustres convidados, quero registrar a presença da visita dos alunos do ensino médio do Colégio Estadual Cívico-Militar Professor Segismundo Antunes Netto, de Siqueira Campos, acompanhados pelas professoras Marcilene de Freitas Nunes, Fernanda Queiroz Barone Leite e Milena Pitorello, e pelo professor Márcio Júnior Carvalho, por solicitação do Deputado Evandro Araújo; e da Secretaria de Agricultura de Pinhalão, Sr.^a Bruna Baum, por solicitação do Deputado Moacyr Fadel. Concedo neste momento a palavra à Deputada Márcia Huçulak, para fazer a sua saudação aos ilustres visitantes. Além do quê, também saúdo todos os demais que se fazem presentes nas galerias desta Assembleia Legislativa.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Deputadas. Subo a esta tribuna hoje para prestar uma justa homenagem a um curitibano que deixou um legado dos mais relevantes para o País, a preservação da privacidade e proteção de dados no ambiente digital, uma área cada vez mais presente no nosso dia a dia. Doutor Danilo Doneda, advogado formado na Universidade Federal do Paraná, professor e jurista, cujo talento, dedicação e sabedoria renderam-lhe reconhecimento nacional e internacional. O Dr. Doneda desenvolveu ao longo de duas décadas um trabalho pioneiro, tendo início em uma época em que pouca gente atentava para a importância do tema, que se estendeu até o seu falecimento precoce, ocorrido há um ano. Sua trajetória profissional exemplar teve como ápice a entrada em vigor no país, em 2020, da Lei Geral de Proteção de Dados, desde os seus primórdios fortemente influenciada pelo trabalho do Dr. Doneda, que coordenou os debates prévios e foi coautor do Anteprojeto de Lei. Por essa razão é considerado o pai da Lei Geral de Proteção de Dados em nosso País. É nela, por exemplo, que se sustenta a Lei do

Telessaúde de minha autoria, recentemente aprovada nesta Casa, garantindo proteção e sigilo de dados para os usuários do Sistema de Saúde. Por trás da letra fria da lei, entretanto, está um tema que ganhou relevância com o forte desenvolvimento do mundo digital, hoje uma parte quase inseparável das nossas vidas. Doutor Danilo foi um dos primeiros a perceber a profundidade de uma relação em que os dados pessoais se traduzem naquilo que a pessoa física é no ambiente digital. Como bem defendeu, proteger os dados pessoais, portanto, é proteger a própria pessoa. Doutor Danilo dizia que se nossos dados não fossem exatos e não tivermos o devido controle sobre eles perdemos, no final das contas, o controle das nossas vidas. Basta ver, por exemplo, o estrago que o vazamento de dados pessoais pode causar a uma pessoa, seja na forma de fraudes financeiras ou o mau uso da sua imagem. Um curitibano que fez tantas contribuições e que seja hoje a grande referência em um tema tão importante é motivo de orgulho para todos nós paranaenses, e exemplo de capacidade e talento do nosso povo. O Dr. Danilo representou o Brasil em diversos fóruns internacionais, foi membro indicado pela Câmara dos Deputados para o Conselho Nacional de Proteção de Dados e Privacidade, e foi o primeiro brasileiro nomeado Diretor da Associação Internacional de Profissionais da Privacidade, com sede em Washington. Recebeu ainda o Título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lisboa e foi Professor homenageado nas Universidades Di Camerino, na Itália, e San Andrés, na Argentina, entre outros títulos que obteve em sua carreira. Escreveu 12 livros amplamente utilizados como referência pelos especialistas no setor. No ano passado, o Senado Federal instituiu o *Dia Nacional de Proteção de Dados* na data de 17 de julho, data do seu nascimento. De uma forma singela, registro nesta sessão o reconhecimento e homenagem. Tenho certeza que todos os meus pares nesta Casa apoiam esta homenagem. Além das inúmeras pautas aqui discutidas neste Plenário, temos a missão de reconhecer e registrar para a posteridade o trabalho de personalidades do nosso Estado. O Dr. Danilo Doneda foi um expoente ímpar na sua área, foi grande e foi nosso. Encerro esta homenagem deixando um abraço afetuoso a sua família e seus amigos aqui presentes. Também quero ler, Sr. Presidente, uma carta que recebi do nosso

Ministro Edson Fachin do Supremo Tribunal Federal: *Brasília, 5 de dezembro de 2023. Excelentíssima Sr.^a Deputada Márcia Huçulak, eu gostaria de expressar meu sincero pesar por não poder estar presente à sessão plenária em que será concedida a Menção Honrosa em memória ao Advogado paranaense Danilo Doneda, na ocasião de um ano do seu falecimento, por seu trabalho na área do Direito Digital e da Proteção de Dados em nosso País. Lamentavelmente, compromissos anteriormente assumidos impedem a minha participação nesse significativo evento. Entretanto, não posso deixar de ressaltar a importância e justa homenagem proposta diante do prematuro falecimento do saudoso Professor Dr. Danilo Doneda. Sua partida precoce representa uma perda irreparável para comunidade jurídica. O dedicado trabalho do professor, sua paixão pelo ensino e a influência positiva que exerceu sobre tantos alunos merecem ser lembrados e celebrados, em especial no tema de proteção de dados e do direito digital. Morre-se sempre demasiado cedo – escreveu José Saramago. A menção honrosa em memória consubstancia gesto de reconhecimento, um tributo merecido a alguém que dedicou a sua vida ao enriquecimento intelectual e pessoal de tantos. Que este evento seja não apenas uma recordação, mas uma inspiração para todos nós, reforçando a importância do legado deixado pelo saudoso Professor Dr. Danilo Doneda. No ensejo, renovo os meus protestos de estima e consideração. Atenciosamente, Ministro Edson Fachin. Muito obrigada. (Aplausos.)*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vou suspender por instantes a Sessão, para que a Deputada Márcia possa fazer a entrega da menção honrosa e para que façamos os registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, quero cumprimentar todos e todas. Quero também cumprimentar toda a população que acompanha a nossa sessão pelas mídias sociais. Quero também

cumprimentar todos e todas que nos honram com suas presenças aqui na Assembleia, os estudantes, os professores que acompanham os estudantes, que aqui comparecem. Sejam sempre bem-vindos e bem-vindas. Quero cumprimentar os servidores e servidoras que também estão na Assembleia Legislativa com reivindicações justíssimas. Então, quero cumprimentar todos e todas. Aqui também está presente a professora Walkíria, a professora Jussara e a funcionários de escola também aqui presente conosco. Sejam sempre bem-vindos e bem-vindas. Quero aqui também falar dos demais sindicatos presentes. Além da APP que está aqui com professores, com funcionários, a Nadia, por exemplo, é nossa dirigente, funcionária de escola, dirigente da APP, que está aqui conosco, mas nós estamos também com a presença de servidores e servidoras de outras Secretarias, como a Saúde que está aqui presente. Também estão presentes os sindicatos que representam os funcionários das nossas universidades. Também nós temos a presença de professores, professoras, das nossas universidades do estado. Já chegou aqui na Casa, Presidente, o Projeto de Lei que vai alterar a carreira dos nossos professores e professoras das sete universidades. Foi uma luta importante empreendida pelos docentes. O projeto chegou na Casa, votaremos então antes do final do ano, mas é importante dizer que ainda precisa chegar mais projetos, por exemplo, na saúde, os servidores que são agentes de apoio precisam de alteração na carreira. A alteração que foi feita no passado não concedeu ganho algum, abriu uma lacuna entre um nível e outro. Também nas universidades, agentes de apoio das universidades também ficaram de fora, e precisa desta correção. Assim como nós temos os servidores do Detran, que também precisam da acolhida, e precisa chegar o projeto aqui. E temos o quadro próprio do Poder Executivo, de um modo geral, os agentes de apoio também ficaram em desvantagem, e precisa a correção. Quando falamos de QPPE é bom lembrar que nós tínhamos os funcionários de escolas neste quadro, e o que aconteceu? Para valorizar os funcionários de escolas, para dar a formação adequada, porque são educadores, foi criado um outro quadro chamado QFEB. E esses servidores que estavam lá foram, então, incluídos no novo quadro, o QFEB, para dar tratamento de educadores, porque são educadores. Ocorre que ficaram

com a tabela salarial defasada, não houve nenhuma alteração. E aí o salário de início de carreira do QFEB, da merendeira lá da escola, da zeladora da escola, está abaixo do salário-mínimo nacional. Para chegar no salário-mínimo o Governo paga um abono, que depois não integra à aposentadoria, mas, vejam, é uma categoria também que não está recebendo nenhum adicional. Os professores, por exemplo, da educação básica, têm um adicional porque atuam na educação, chamado GTE. Por 40 horas, recebe R\$ 800,00. Os funcionários de escolas estão trabalhando na educação e não têm o GTE. Também outras carreiras recebem o auxílio-alimentação, que é maior que R\$ 600,00, mas os funcionários do QFEB, lá da educação básica, não recebem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, vou usar o horário da Liderança.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Da Liderança. Ok.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Além de não receber nenhum adicional, nenhum auxílio, no caso auxílio-alimentação, tem o menor salário. São 15 mil funcionários. E a diferença é pequena para o Estado, é pequena para o orçamento, que é de 90 milhões em um ano, a diferença é pequena, mas para este funcionário, para esta funcionária, é muito importante. Assim como a diferença também no orçamento para as demais carreiras que estão aqui reivindicando é pequena para o orçamento do Estado, mas para essas servidoras e para esses servidores é muito importante. Por isso, não podemos terminar este ano, fechar aqui os trabalhos da Assembleia, sem votarmos esses projetos. Mais uma vez queremos registrar aqui que os vários Deputados, vários Deputados, inclusive da Base do Governo, estão empenhados, o Deputado Hussein Bakri, Líder do Governo, Deputado Gugu Bueno, Vice-Líder do Governo, o Presidente da Assembleia, Deputado Traiano, o Deputado Turini, o Deputado Romanelli, o Deputado Evandro Araújo, o Deputado Artagão, vários Deputados e Deputadas, não consigo citar o nome de todos aqui neste momento, estão trabalhando juntos

com os Deputados da Oposição. Estão aqui têm Deputados da Base do Governo e Deputados da Oposição trabalhando juntos para que esses projetos cheguem em tempo para votarmos este ano, fazendo justiça aos servidores e servidoras que ganham o menor salário, que fazem um excelente trabalho. Nenhuma universidade, nenhuma unidade de saúde, nenhuma escola de educação básica funciona sem esses servidores, sem essas servidoras. Por isso, mais uma vez, queremos registrar aqui a nossa solicitação para que o Governador mande para a Assembleia o quanto antes, para aprovarmos em tempo de ser sancionado este ano, para valer já para o início de 2024. Então, fica aqui mais uma vez essa solicitação. Quero também registrar que a feira da agroecologia e da economia solidária está aqui na Assembleia mais uma vez. Todo mês nós temos a feira e esta é a última deste ano. Hoje e amanhã nós teremos a feira aqui, todos e todas estão convidadas para apreciar a feira, também fazer as suas compras, inclusive compras para o Natal, para o final do ano, pode comprar presentes inclusive aqui na feira. Então, são empreendimentos solidários do Estado do Paraná, tanto com produtos alimentícios sem veneno, que são agroecológicos, tanto com vários produtos e artesanatos produzidos também pela economia solidária. Então, eu quero mais uma agradecer a Mesa Diretora que acolheu o pedido da nossa Frente Parlamentar, que é a Frente da Agroecologia e Economia solidária, que eu tenho a tarefa de coordenar essa frente aqui na Assembleia, de acolher a feira aqui. Também quero, em nome da nossa Frente Parlamentar, agradecer a Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Romanelli, que tem como Relator o Deputado Evandro Araújo. Também quero agradecer o apoio da Mesa Diretora da Assembleia pela acolhida de uma emenda coletiva, que vários Deputados aqui assinaram, os Deputados da Frente Parlamentar todos assinaram, para ter R\$ 30 milhões para a agroecologia no próximo ano. Nós nunca tivemos um recurso deste montante para a agroecologia e queremos avançar no Paraná produzindo mais alimentos saudáveis, mais alimentos sem veneno. Então, quero agradecer a participação de todos os Deputados e Deputadas nessa construção dessa importante emenda, que vai favorecer a agroecologia no próximo ano. E mais uma vez registrar aqui o meu agradecimento a cada Deputado e a cada Deputada que

fez o esforço junto ao Governador para mandar para a Assembleia projetos importantes para os servidores, inclusive o projeto para o QFEB para os funcionários e funcionárias de escolas. Fica aqui a minha gratidão aos Deputados que fizeram esse trabalho bonito e nós haveremos de ter esse projeto aqui na Assembleia e votar em tempo ainda este ano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Paulo Gomes.

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): Senhor Presidente, senhoras e senhores. Hoje tenho a honra de subir a esta tribuna para falar ao Conselho Regional de Fonoaudiologia da 3.^a Região que completou 30 anos de atuação no nosso Estado. Sendo autoridade na supervisão da prática da profissão de 3.012 fonoaudiólogos registrados em nosso Estado. O Crefono 3 também é responsável pela atuação dos profissionais do Estado de Santa Catarina. Está sendo honrado, neste momento, esse Conselho com a Menção Honrosa que será entregue ao Presidente Sr. Celso Luiz Gonçalves dos Santos Junior e aos demais Conselheiros. É um reconhecimento pelo trabalho árduo realizado em prol dos paranaenses, principalmente daqueles com funções que impactam a capacidade de se comunicar por meio da fala, escrita e até mesmo o da motricidade oral, que são os movimentos de sucção, de engolir e de respiração. Como exemplo, posso citar o trabalho de fundamental importância realizado pelos profissionais de fonoaudiologia em pessoas com transtorno do espectro autista. Estamos votando uma legislação em defesa das pessoas com essa síndrome, com esse transtorno, e a comunicação é um dos pilares centrais do desenvolvimento humano e para pessoas com autismo, principalmente crianças, pode ser um grande desafio. Os profissionais atuam diretamente na audição, fala, além de ampliar as habilidades comunicativas. Trabalhada de forma constante, a fonoaudiologia no autismo tem como principal objetivo melhorar essa comunicação geral, possibilitando autonomia e o desenvolvimento de habilidades sociais, inclusive a pessoa com TEA passa a compreender e utilizar a comunicação verbal e a não verbal. Aos Deputados peço, neste momento, uma salva de palmas a esses profissionais da fonoaudiologia do nosso Estado e de Santa Catarina. É um reconhecimento ao

trabalho de vocês. Sabemos daquelas pessoas que passam por problemas sérios de saúde e precisam da reabilitação, como, por exemplo, aqueles que têm os derrames. E aí sabemos o papel que vocês desempenham na reabilitação, dando oportunidade e dando a garra novamente a essas pessoas para que lutem através de técnicas cientificamente comprovadas. Por isso, quero que o Conselho Regional de Fonoaudiologia fique com o nosso reconhecimento, a nossa homenagem pela atuação com ética, respeito e transparência com o Estado do Paraná e com o povo paranaense. Celso Luiz Gonçalves dos Santos Junior receba esta singela homenagem da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em reconhecimento público ao brilhante trabalho que vocês desenvolvem no desenvolvimento humano e dando a essas pessoas a força necessária para que, muitas vezes, consigam a merecida reabilitação. Peço aos Deputados e Deputadas uma salva de palmas a todos os fonoaudiólogos do nosso Estado. Grande abraço. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra o Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição e a sociedade que nos assiste através da *TV Assembleia*. Senhores, estive hoje no Programa 190, do meu amigo Roberto Accioli, que aliás me convidou para ser seu comentarista, e conversamos longamente sobre os problemas que existem hoje em termos de segurança pública e da inversão de valores, do certo, do errado, do bem e do mal. Hoje, nossos policiais sem dúvida alguma estão preocupados, estão cansados e muitas vezes desanimados com as críticas que sofrem. Dou um exemplo a vocês, uma ação que ocorreu maravilhosa nessa segunda-feira, em Maringá, quando a Rotam - Rondas Ostensivas Tático Móvel enfrentou cinco criminosos armados, que perderam a vida. Diversas críticas foram materializadas. Nossos policiais, inclusive nesta Casa, Sr. Presidente, foram chamados de assassinos, quando entregam suas vidas, entregam suas vidas em prol da sociedade, em prol da coletividade. Um policial jamais, em tempo algum gosta ou gostaria de trocar tiros com

criminosos, de participar de um confronto. O confronto não gera qualquer benefício econômico, muito pelo contrário, o policial não raras vezes é afastado do cargo, imediatamente tem que entregar a sua arma, é alvo de um processo administrativo e muitas vezes até de um processo criminal. Participar de um confronto, Deputado Arruda, é um ato de heroísmo em prol da coletividade, porque é muito mais fácil ser covarde, é muito mais fácil prevaricar, tirar o pé do acelerador e não ir atrás dos criminosos, como acontece em muitos estados da Federação que conheço, porque delegado fui no estado de Minas Gerais. E os nossos policiais estão de parabéns. Então, parabéns à Rotam - Rondas Ostensivas Tático Móvel por essa ação que redundou na perda de cinco vidas, que infelizmente aconteceu, mas que aqui no Paraná temos uma regra, vigora a lei e a ordem. E muitos políticos utilizam a palavra para dizer que não existe bem ou mal, que todos somos bons ou maus, que o termo cidadão de bem, cidadão honesto não é um termo bem visto. Quando tratamos de crimes passionais, e digo isso como professor da Escola de Polícia Civil, como mestre em Direito, quando tratamos de crimes passionais, até concordo, a pessoa muitas vezes pratica um ilícito mas teve sempre uma vida regrada, sempre buscou o certo e o correto. No entanto, existe uma criminalidade organizada. Existem faccionados aqui no Estado do Paraná que levantam de manhã para praticar crimes, para estuprar, para matar, para roubar, esses são homens do mal. E os homens do bem são os nossos policiais, que doam suas vidas em prol da sociedade. Chegou o momento, senhores, que temos que nos manifestar, temos que apoiar nossos policiais, temos que compreender a necessidade e a importância da segurança pública. Quem pode, infelizmente, aqui no Brasil, está fechado em condomínios, com grade, com segurança, outros vão para condomínios fechados. A população está gradeada, está cercada, enquanto os criminosos estão literalmente na rua. E isso é cotidiano, Deputado Arruda. Temos aqui, por exemplo, tomando conta dos bairros nobres, as quadrilhas de roubo de celular. Experimente andar no bairro Água Verde, no bairro Batel com o celular na mão, para ver o que acontece. São os mesmos que a polícia prende semanalmente, mas a legislação que protege os criminosos acaba fazendo com que cheguem à delegacia juntamente com a vítima

e saiam pela porta da frente. É o fim da picada, é o fim do mundo, é uma total inversão de valores. Nossa apoio à Polícia Militar. Parabéns à Rotam, pela ação em Maringá. Parabéns à Rone. Parabéns à Polícia Científica. Parabéns à Polícia Penal, nossos antigos agentes penitenciários. Precisamos, mais do que nunca, cuidar da nossa sociedade. E peço ao Sr. Presidente que libere a nossa CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações criminosas porque, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, teremos surpresas nesta CPI, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que irá surpreender esta Casa. Um abraço a todos. Estamos à disposição. E lugar de bandido é na cadeia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin, pelo PT.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, público que acompanha esta Sessão aqui presencialmente ou pelas redes sociais, pela *TV Assembleia*. De uma maneira especial, a nossa saudação a Walkiria e a toda direção da APP-Sindicato que está aqui. Quero aqui reforçar o pronunciamento e a reivindicação do Professor Lemos com relação aos servidores públicos do nosso Estado do Paraná. De uma maneira especial, aqui, falar dos funcionários públicos de escolas, que estão aguardando ansiosamente pelo projeto, pelo plano de carreiras, e que é um direito. Assim também esperamos poder aprovar o projeto que aqui chegou no dia de ontem, que é uma reivindicação antiga, que é o plano de carreiras dos docentes das nossas universidades estaduais. Senhor Presidente, o que me leva também nesta tarde a usar este espaço é falar de uma grande preocupação que nós temos, que diz respeito ao Governador do Paraná com relação ainda à educação, mas agora a educação do campo. O Governador está encaminhando para o fechamento das escolas do campo. A princípio já temos informações de cerca de aproximadamente 15 escolas que estão para serem fechadas e sabemos que a educação no campo é necessária, é importante e é um direito. Por isso, estamos aqui solicitando que o Governador volte atrás dessa decisão. Encaminhamos, na tarde de ontem, um Requerimento ao Governador, ao Secretário de Educação, solicitando que volte atrás, Deputado Hussein, Líder do Governo, que volte atrás nessa decisão, que

não queremos o fechamento das escolas do campo. Nós sabemos que isso vai trazer grande transtorno e isso, inclusive, prejudica todos os alunos e prejudica as comunidades, porque a escola do campo dá vida para a comunidade, favorece para os alunos que moram nas comunidades para poder continuar estudando, diante da sua realidade, aprendendo como vivem, vendo a sua realidade, e sabemos que isso é de direito e por isso que estamos aqui reivindicando pelo não fechamento das escolas do campo. Então, esperamos que o Governador realmente volte atrás e possa então deixar aberta, deixar funcionando. Isso tem deixado muitos pais sem dormir pela preocupação de horas que seus filhos vão passar no transporte escolar, no deslocamento, de como que vai ficar a alimentação, e além de viver uma outra realidade que já não é a sua. Por isso, queremos e vamos lutar para que nenhuma escola do campo seja fechada. Também uma preocupação nos traz aqui com relação ao Projeto n.º 1.023, que concede um aumento de ICMS no nosso Estado do Paraná. Deputado Doutor Antenor, o Governador faz um projeto, inclusive vamos votar aqui o orçamento para o próximo ano, onde ele faz uma renúncia fiscal de R\$ 20 bilhões. Ao mesmo tempo, ele aumenta a alíquota do ICMS para todos os municípios, para todas as empresas - vamos falar aqui dos pequenos empresários. E quando falamos de 20 bilhões que algumas empresas terão de renúncia fiscal, não sabemos quem são, nunca é publicado, nunca nos é informado, não se sabe quais são os critérios que são utilizados para essas empresas serem beneficiadas. Por outro lado, esse aumento sabemos que vai atingir todos os pequenos e médios empresários, vai atingir toda população paranaense. Por isso, não entendemos e não concordamos o porquê desse aumento de 19 para 19,5%. Isso quando falamos da alíquota geral, da alíquota modal, 19,5%; quando falamos da energia elétrica, teremos um aumento de 18% para 19%. Isso significa que o povo paranaense pode se preparar para mais um aumento na tarifa da energia ou para pagar energia elétrica mais cara. Não dá para aceitar que o Governador do Paraná faça... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Obrigada, Sr. Presidente. Não dá para aceitar que o Governador do Paraná encaminhe projetos dessa natureza para esta Casa, beneficiando alguns que nem sabemos quem são. E aí volto a falar: uma renúncia de R\$ 20 bilhões, uma renúncia fiscal, e por outro lado castiga toda população paranaense com um aumento de 19,5% na alíquota do ICMS. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas, Deputados, todos que nos acompanham aqui no Plenário, na TV *Assembleia* e demais mídias. Primeiramente, quero fazer um chamado a quem nos acompanha. Dia 10 agora, próximo domingo, a partir das 14 horas, na Boca Maldita, estaremos reunidos - o povo brasileiro, o povo de bem, os patriotas - para nos manifestar pacificamente, como sempre, contra a infeliz indicação do Lula ao novo Ministro do STF, Flávio Dino. Flávio Dino que tem hora que é branco, tem hora que é pardo, tem hora que é negro, cada dia ele muda de cor para falar: *Estou preenchendo a vaga da cor tal.* É um homem que vive da mentira. Vive da mentira, tem um passado ruim na política no Maranhão - é só ver como vive a população do Maranhão, uma série de processos na vida dele, e outro dia ele disse que os bolsonaristas são mais perigosos que os traficantes. Ele usa muito o termo: *a verdade mata.* Já sei quem um Deputado aqui imita. Tem um péssimo professor, um grande mentiroso, um homem que é investigado por desvio de dinheiro e não é pouco, que usa sempre das metáforas mentirosas para enganar a popular. Isso aí é um hábito que a esquerda usa: acusarmos do que eles são. Eles são mentirosos, falam da verdade e nos chamam de mentirosos. Esse é o perfil dessa turma. Todo mundo já sabe. É só ver a falas do Lula, que ele mesmo acha divertido mentir, porque a mãe dele ensinou ele assim, que é melhor uma mentira que corre rápido do que uma verdade que anda como tartaruga. Essa é a mentalidade do ditador Lula, ex-presidiário que vem destruindo o Brasil. Em menos de um ano, dilapidando a economia, espantando os investimentos. Na verdade, o que o Bolsonaro conseguiu trazer de credibilidade, onde o Brasil

chegou a ser o quarto País que mais recebia investimentos no mundo, hoje caímos para décima, vigésima, ninguém mais quer pôr dinheiro no Brasil. Por que não querem pôr? Insegurança jurídica, tem um ex-presidiário como Presidente, que apoia os Governos ditadores, como vem apoiando agora o Nicolás Maduro, que quer invadir a Guiana, e o Lula batendo palmas para ele. Esse homem está a cada dia afundando mais. Aí tem uma informação. Para quem é petista de carteirinha e gosta de bater palmas para ele, para o pai dos pobres, uma informação para vocês. O Lula gastou nas viagens dele, só de carro, de limousine que ele alugou, R\$ 16 milhões. Esse dinheiro poderia ser revertido para outras coisas, quem sabe para fazer casas populares, não para gastar com luxo, onde ele deixa o povo na miséria e sem emprego e gasta essa fábula de dinheiro. Sem falar das diárias, não é! Enfim, esse é o Lula, o homem que viaja, o anão diplomático que envergonha o Brasil no mundo inteiro. Os comentários da mídia internacional são os piores possíveis, por um cara que não tem noção do que fala. Enfim, vamos ter coisas piores dia a dia. Não vai faltar notícia ruim aqui no Brasil, não. Agora, fiquei muito feliz aqui e parabenizo a Polícia Militar do Paraná. Mais uma vez, a Rotam agiu com rigor e no confronto derrubou mais cinco marginais. Tem Deputado aqui que perdeu cinco votos! Deve estar chateado. Mas esses que caíram já devem estar hoje nos quintos dos infernos, que é o lugar que todo criminoso merece estar, se não for na cadeia. Então, parabéns à Polícia Militar do Paraná, que agiu com rigor, defendendo a sociedade e no confronto... Tadinho, tadinho desses... Como é que diz..., esses aí que não tiveram oportunidade na vida? Então, eles pegam uma arma e vão trocar tiros com a polícia. Aí tem Deputado que fala: *Estão assassinando gente*. Não, estão combatendo o crime, simplesmente combatendo o crime. E quem morre, o bandido que morre não foi assassinado, ele teve um acidente de trabalho. O trabalho... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O trabalho dele é roubar, então ele teve um acidente de trabalho e caiu. Que pena! Mas é assim, a vida é assim mesmo, a verdade prevalece sempre. E tive uma notícia aqui, Presidente, de última hora.

Não vou citar nomes e nada, mas tem um Parlamentar que já foi envolvido na Lei Maria da Penha. Já me mandaram algumas conversas, *prints* de conversas aqui e em breve vamos revelar o caráter das pessoas que fingem ser bonzinhos. *Defendo isso. Defendo a minoria.* Será? Não sei. O tempo vai dizer isso. O tempo vai mostrar tudo! Todas as máscaras cairão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No Grande Expediente, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, Deputados... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, por favor! Peço às galerias que se comportem. O Deputado está na tribuna. Vamos ouvir o Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, inscrevi-me aqui hoje para falar um pouquinho de um Projeto de Lei muito maléfico para o Estado do Paraná, que trata do aumento da alíquota do ICMS. Mas, antes, não posso ficar sem responder o Deputado Arruda, que pelo jeito foi diagnosticado com uma nova patologia, chamada *Lulafobia*, pânico do Presidente Lula. Toda vez que tem uma matéria positiva para o Brasil, o Deputado entra em crise e começa a perder o sentido, ficar nervoso, esbravejar, atacar o Presidente mais votado da história do País, o Presidente do triplex, o Presidente do G-20, do Mercosul e da República Federativa do Brasil, que está se reerguendo, cujo PIB vai bater recorde este ano em relação aos quatro últimos anos, que a economia saltou de 12.^a para 9.^a, que o desemprego recuou, que as pessoas que passam fome estão diminuindo neste País. Mas, o Deputado vive em uma realidade paralela, em um grupo de *WhatsApp*, *Telegram* ou meio de comunicação que só tem mensagens positivas do ex-Presidente, o inominável, imprestável, imbrochável, inelegível e ignorado pela população brasileira, esse que infelizmente estará aqui na sexta-feira. Mas, antes da sexta, como sempre por primeiro, Lula chegará primeiro a Curitiba, no dia 14 estará aqui para assinar convênios com 395 municípios, para R\$ 900 milhões para o povo paranaense, via Itaipu. Esse é o Presidente que faz, que trabalha, que

tem amor no coração, que tem a língua em prol do povo e não chicoteando o povo, como nos anos que víamos anteriormente. Aqui nesta Casa, sinceramente, quando ouço esbravejo ou ouço a gritaria ou a ofensividade, tenho certeza de que estamos no caminho certo. É contra esse tipo de gente, quando eles nervosos, estamos felizes e com o coração em paz. Por isso o Lula preside o Brasil pela terceira vez. E vou dar um recado: está bem de saúde e tem condições de presidir pela quarta vez a Presidência deste País. Podem torcer contra! É um direito de vocês. É um direito torcer contra. Sei que vai precisar de muita cotovela, muita joelheira e muito lencinho para não deixar o cotovelo esfolado, nem o joelho e enxugar as lágrimas, mas pode preparar e pode começar a comprar, porque vai acontecer isso de novo pelas mãos do povo brasileiro. Mas hoje, voltando ao tema paranaense, no último dia 28/11, o Valor Econômico publicou um conjunto de matérias sobre o Estado do Paraná, transformando o Paraná em um mar de prosperidade. Tinha matéria que falava das dezenas de bilhões de recursos que serão investidos em rodovias, falava de investimentos no Porto de Paranaguá, falava da nova Ferroeste, falava do Paraná como polo de inovação, falava inclusive da pujança do agronegócio paranaense. Essa matéria também falava que na Região Metropolitana de Curitiba há uma concentração industrial muito grande, diferente de outros cantos do Brasil, e que inclusive a Itaipu investirá bastante no Estado do Paraná. No entanto, o que me chamou atenção na matéria foi que ela dizia desta forma, com aspas do Governador Ratinho Júnior: *“Paraná cresceu 8,6% em relação ao mesmo período de 2022, e o Paraná cresce a taxas chinesas.”* Se cresce 8,6%, por lógico a sua receita cresce no mínimo 8,6%! Só que nos quatro últimos anos há um crescimento em torno de 10% a 15% a mais do que a taxa do PIB de arrecadação, ou seja, a expectativa de arrecadação para o Paraná por si só, segundo a boca do Governador do Ratinho Júnior, é de 10% a mais do que teve este ano. Se temos isso construído pelo Governador, propagandeando o Paraná, aliás, ele está em campanha, propagandeando o Paraná pelo Brasil, por que um Projeto que aumenta a alíquota do ICMS de 19% para 19,5%? Basta lembrar que o Governador, na mesma época do ano passado, da mesma forma e urgência e da mesma forma traidora ao povo do Paraná,

colocou o Projeto que aumentava em 1% a alíquota, agora vem mais 0,5%. E é assim que está sendo conduzido. A energia elétrica no Paraná vai subir de 18% para 19%, 1% a mais, o que na verdade, em termos reais, representa quase 6% de aumento. Outros itens terão aumentado de 17% para 17,5%, como serviços de comunicação, água mineral, artefatos e produtos de tabacaria. Em geral, o Paraná terá novamente a maior alíquota de ICMS do Brasil. E a pergunta: Por que aumentar a alíquota se o Paraná está crescendo mais do que os outros estados e a arrecadação será maior? Por um motivo só: o Governador quer renunciar mais receitas para os seus amigos e cobrar um imposto direto do consumo dos mais pobres. E aqui está a prova disso. Não sou eu quem estou falando, é a receita do Estado! No ano de 2019 o Paraná arrecadou 30,7 bilhões e o Governador do Paraná renunciou 10,7; no ano de 2022 o Paraná arrecadou 39,9 bi e o Governador renunciou 17,4 bilhões. Para o ano que vem, Deputado Renato, 2024, a previsão de arrecadação é de 43 bilhões e o Governador vai fazer a renúncia de 21 bilhões, ou seja, 98% de crescimento de renúncia de receita. O Governador pretende arrecadar com essa reforma na alíquota aumentada, Deputado Corti, aproximadamente 1 bi. Não precisamos deste Projeto de Lei! Se é 1 bi que o Governador pretende arrecadar a mais é só, no lugar de ele renunciar 21, renunciar um 1 bi a menos, por exemplo, o que é um absurdo. Mas, o que mais me intriga neste processo todo é a falta de transparência. Esta Casa aqui, Deputada Mabel, aprovou em 2020, com o voto de V.Ex.^a e de todos nós aqui praticamente, o Projeto de Lei Complementar n.^º 231/2020, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a qualidade e a responsabilidade na gestão fiscal do Estado e cria o Fundo de Recuperação Estadual Fiscal. Porém, a lei que veio para esta Casa, que estava hoje na CCJ e foi retirada de pauta, revoga os art.^s 1.^º, 2.^º, 3.^º e 4.^º e esses artigos diziam sobre transparência, sobre segurança. Para vocês terem uma ideia, falava o seguinte, Deputada Márcia: *Os incentivos e benefícios fiscais só podem ser concedidos por tempo determinado, com validade* - tira isso da lei; *realização prévia de estudo e viabilidade econômico-financeira* - tira da lei; *aprovação de proposta técnica* - tira da lei; *submissão a acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação, se o*

*incentivo está dando retorno para a população - tira da lei; e obrigava quem era beneficiário a investir 12% no Fundo de Recuperação Fiscal. Ou seja, na verdade, temos um Paraná diferente, um Paraná da ficção e um Paraná da realidade. Deputado Hussein, esse Projeto de Lei é o segundo Governo do Ratinho discordando do primeiro do Ratinho. Fez uma lei propaganda, uma lei de transferência, uma lei de *compliance* no seu primeiro governo. Agora, depois de reeleito, vem aqui desmancha a lei para poder dar benefício fiscal para os amigos, para o clube do vinho, que frequenta a patota do Palácio do Iguaçu, em horários não comerciais. É isso o que está acontecendo aqui. Vai se aumentar a alíquota para 19,5 e a renúncia vai chegar a 21 bi, mas o pequeno empresário não está na lista de beneficiado, mas o pequeno produtor rural não está na lista de beneficiado. Quem está na lista de beneficiado é o grande, o grande amigo oculto do Governador, aliás, vários amigos ocultos. O que temos no Paraná hoje é um Paraná em contraste. Todos falam: *Ratinho é candidato a Presidente da República*. Mentira! Ratinho é candidato a Governador de Santa Catarina. Sabem por que de Santa Catarina? Porque nunca vi ninguém ajudar tanto o grande empreendimento, o médio e o pequeno empreendimento, como o Governador Ratinho Júnior, em Santa Catarina. Temos uma guerra de alíquotas de ICMS com Santa Catarina. O Governador de Santa Catarina congelou a alíquota, não vai aumentar, vai ficar 17%. Tínhamos 19, agora vamos para 19,5. Vamos expulsar as empresas do Paraná para Santa Catarina, porque o Ratinho lançou campanha para ser Governador em Santa Catarina, porque não pode ser mais reeleito aqui. Nunca vi ter tanto carinho, tanta paixão pelo Estado de Santa Catarina como esse Governador. Está fazendo de tudo para o grande investimento ir embora do Paraná. Está fazendo de tudo para beneficiar aqueles que moram no estado vizinho. A energia, aqui, só com o aumento de energia de 1%, o Paraná vai gastar mais de R\$ 300 milhões em impostos. Enquanto isso, no estado vizinho, a alíquota vai ser de 15. Aqui vai aumentar para 18. Já perdemos empresas para parte do interior de São Paulo, na área de confecção e moveleira, com guerra de ICMS. O Governador de São Paulo colocou e retirou da Assembleia o projeto de aumento de ICMS. Mato Grosso do Sul, que fazemos divisa e temos uma disputa*

com o agronegócio, diz que não vai colocar o projeto. E o outro lado - os paraguaios e um pedacinho da Argentina já têm tarifação sobre água, energia e as telecomunicações mais baratas do que nós. Quem ficará no Paraná? Quem que vai produzir neste estado caro que está ficando o custo de vida, com esse Governo que está aí? Propagandeia que está sobrando dinheiro, arrota uma maravilha fiscal e manda aumento de imposto para esta Casa no final de ano? Será que o Papai Noel do Ratinho anda com saco de dinheiro no lugar de presente para dar para o povo paranaense? Temos que ver a lógica. Esta Casa aqui mais uma vez vai ser tachada de perversa ao povo paranaense se aprovar um projeto dessa gama de maldade que está sendo construído. Mais uma vez o povo paranaense paga a conta, mais uma vez o povo pobre paga a conta. Você que mora no interior do estado, que é pé-vermelho assim como eu, vai ter a vida mais encarecida ainda, porque os produtos tributados em aumento aqui passam nas rodovias, passam pelo Porto. E todo esse trabalho, aliado ao pedágio, à privatização do Porto e a futura privatização da Ferroeste, vai fazer o Paraná não competitivo. Vai trazer um Paraná com um abismo muito grande, entre a região metropolitana e o interior do estado, mas vai fazer um Paraná com um abismo muito grande e muito maior do que a Serra do Mar com Santa Catarina. Vamos perder produção econômica, emprego e instalação de empresas para os estados vizinhos por causa da incompetência do Ratinho em saber o que é bom para determinado momento. Está seguindo a cartilha neoliberal. Está privatizando, aumentando imposto, cortando política pública, política social. Está pensando em si próprio e pensando em governar Santa Catarina no próximo mandato. Nunca vi uma paixão tão grande, uma devoção tão forte e tão firme por um outro estado. É um Governador que genuinamente parece que não é paranaense e esqueceu das suas origens. Vamos entregar o polo moveleiro para o Estado de São Paulo; a parte agrícola para o Mato Grosso do Sul; e a questão têxtil e farmacoquímica para Santa Catarina, que já brigamos por guerra fiscal nesse modelo que está aqui. O aumento da alíquota é o aumento do custo de vida do povo paranaense. O aumento da alíquota desse modelo que está sendo feito é a facada que, ao invés de ser dada no peru na Ceia de Natal, vai ser dada nas costas do povo

paranaense neste fim de ano. Esta Casa tem que dar as mãos e boicotar essa aberração, tirar isso de pauta, não deixar chegar a ser votado. Nunca vi uma coisa tão abusiva quanto a isso. E vamos lembrar bem: o Ratinho não está aumentando em 0,5% não, já deu 1% no ano passado, vai ser 1,5%. Para o estado mais fantástico de finanças, para o estado mais saudável, por que um remédio de tanto volume? Por que um remédio com tanta quantidade líquida para o povo ingerir em uma hora dessa? Não está certo! Estamos em um momento diferente. O Ratinho vai contribuir para o aumento da inflação no Brasil e no Estado do Paraná com o aumento de imposto. Imposto, pedágio, energia, água, saneamento, tudo sendo aumentado. Será mesmo que esse é o Paraná inovador? Será mesmo que esse é o Paraná competitivo? Ou será mesmo que esse é o Paraná da propaganda, da telinha do celular, da música bonita sem essência ou da canção que só toca no ouvido dos mais ricos e toca na parte traseira... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, concluiu? Pois não. Próximo orador, novamente, pela liderança do PL, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados e todos que nos acompanham, tive que voltar a esta tribuna aqui, depois de ver o show artístico do meu colega que esteve naquela tribuna, que o cara é bom mesmo, velho! O cara é bom com as palavras, encena bem, muda, muda o cenário das coisas. O que fico admirado é ver a cara de pau de alguns aqui. Como é que pode os Deputados do PT virem falar que o Governo Ratinho Júnior está aumentando impostos? Bem, o pessoal do PT! O Lula e o Haddad aumentaram todos os impostos do Brasil. Todos! Estão dilapidando o dinheiro do povo para cobrir o rombo que eles estão fazendo, gastando dinheiro público sem regra. Estão torrando dinheiro público. É viagem, hotel de 100 mil a diária, 38 Ministérios. Não consegue pagar, a arrecadação é inferior ao que gasta e o Brasil vai afundar cada dia mais. O Bolsonaro deixou 54 bilhões de superávit, dinheiro em caixa, o Lula já está com um rombo de 170 bilhões. Para vocês que são do PT, informem-se da verdade. Tudo aumentou no Brasil: o arroz, o feijão, o ovo, a carne, o combustível. Tudo! Vocês não estão enxergando, não? Ou vocês vão

acreditar no IBGE, que agora o Presidente é amigo, PT de carteirinha que está lá e vai manipular qualquer informação de IBGE. Isso é óbvio. O povo está sentindo é no bolso. No bolso! No Paraná, para quem mora aqui e para quem tem uma visão correta das coisas, o Paraná está indo muito bem, obrigado. É um dos estados que mais gera emprego, que mais traz recursos para cá. (Manifestação nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor! Por favor, as galerias.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Deputado Arruda, o senhor me daria um aparte?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Já te dou um aparte.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): As galerias, olhem, quero respeito. O Deputado Arilson falou, tranquilo, a Deputada Luciana, todos os Deputados. Colaborem, deixem o Deputado falar, é o direito dele.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não entendo, Presidente. Falamos a verdade e somos vaiados, os caras falam mentira e são aplaudidos. Isso se chama desinformação, bitolação, fanatismo. Fanatismo para um ex-presidiário. Ex-presidiário condenado como ladrão do dinheiro público. Ora! Ah, Deputado Arilson, um desafio ao senhor. Um desafio! Dia 14 o Lula estará aqui, certo? Dia 15, o Bolsonaro. Vamos medir qual lado vai ter mais povo? E desafio o senhor a andar com o Lula pelas ruas. Vou andar com o Bolsonaro. Desafio se o Lula tem coragem de andar na rua. Ele foge do povo, ele é vaiado pelo povo, ele é odiado pelo povo; ele é adorado pelas urnas, apenas pelas urnas. Agora, para o povo, não vejo um local em que o Lula foi no Brasil que alguém foi atrás dele, a não ser para xingar. Não tem povo. É o único Presidente que foi mais bem votado e não tem povo. É interessante isso. Vamos fazer a comparação. Está aí o desafio! Dia 14 o Lula estará em Curitiba e dia 15 o Bolsonaro, vamos ver quem o povo aplaudirá e quem xingará. Está lançado o desafio. Desafio o Presidente da República a andar pelas ruas. Não anda, ele foge do povo, ele só viaja longe do Brasil. E aí falou que o Governador, falaram que o Ratinho Júnior quer ser

Governador de Santa Catarina. Lembrando disso, o Lula não teve a sensibilidade, o respeito com o povo da região Sul, que foi massacrado pelas chuvas; não colocou o pé lá, não; viaja para fora torrando o nosso dinheiro, no Brasil ele não está nem aí, cortou água do pessoal do Nordeste. Ora! Acho que defender o Lula... Não tem nada de útil e de bom neste Governo. Tudo o que ele prometeu, ele mentiu. Falou que não ia cobrar imposto de renda para quem ganha cinco salários-mínimos, cobrou imposto de renda. Aumentou a cobrança de imposto de renda. Diminuiu o Bolsa-Família de 3 milhões de pessoas, tirou o décimo terceiro. Sem contar que os Prefeitos do Brasil inteiro estão reclamando e dizendo: *Volta Bolsonaro, porque na sua época não faltava dinheiro em nenhuma Prefeitura, agora falta em todas.* Corrijam aí, Deputados do PT, informem-se, deem um *Google* aí e vejam. Os municípios não têm dinheiro para pagar o décimo terceiro. Culpa do Lula, culpa do Lula, que não deu repasse às Prefeituras. Agora, é incrível que o povo ainda, os fanáticos batam palmas para o ladrão. É inacreditável isso! Como é que pode? Estão perdendo, estão perdendo, não tem mais dinheiro em investimento, mais de 700 mil empresas fechadas e o povo batendo palmas. É interessante demais isso. O homem vem aqui, quer dar dinheiro para Cuba e Venezuela, que devem bilhões para nós, quer dar dinheiro de novo para lá, porque lá deve ter algum acerto, não sei, e não investe no Brasil, no Brasil ficam só as promessas: *Ah, agora é o novo PAC.* Não sai do papel. Tudo o que ele assina não vale nada, não tem palavra, não tem caráter, não tem honestidade. Este é o desgoverno do PT, desgoverno da mentira. E a saúde, que vocês estão gritando aqui, o Lula cortou 1 bilhão da saúde. Vocês sabiam disso? Batam palmas para ele. O Lula cortou 1 bi da saúde, cortou 1 bi da educação. Esse é o Governo da mentira. É um falastrão! Fala, fala, não tem vergonha na cara, mente e o povo desinformado acha que ele é o pai dos pobres. Tadinho do Lula, estou com uma dó, não é, gente! Fica em uma suíte de 500 metros quadrados e faz uma casinha popular de 20 metros para o povo morar. É um imoral, imoral falastrão. Não entregou uma casa ainda, o Bolsonaro entregou milhares. Não entregou nada! Zero! Aí falou... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, galerias.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Aí fala: *Eu voltei com o programa Minha Casa, Minha Vida*. No papel, porque o que entregava era a *Casa Verde e Amarela*, esse entregou mesmo. Quem entregou título de terra, mais de 400 mil, foi o Bolsonaro. O Lula é a favor da invasão, é a favor da depredação, é contra o agronegócio, que mantém a economia do Brasil em pé, foi lá fora discursar contra o agro e falou que é a favor das invasões e contra a propriedade. Esse é o Lula, esse é o descarado do Lula. Só que aqui, o relógio, o Lula não devolveu. Interessante, interessante. O Lula saiu do Palácio com 11 contêineres de presentes, não devolveu nada, e o Bolsonaro: *Tem que devolver o relógio*. Ah, gente, inventa outra! É que o Bolsonaro não tem nada, aí ficam inventando narrativa. Não acham nada, porque não deve nada, porque é honesto. Honesto. Não foi preso, não foi condenado. Entendeu? Nunca vai ser, porque não comete crime. Agora, o Lula e a sua quadrilha, todos que estão nos Ministérios, a grande maioria, são pessoas que já foram presas pela *Lava Jato*. Este é o Governo da vergonha. Vocês aí que estão rindo, vocês vão ver a Petrobras daqui um pouquinho, vai estar de novo quebrada. O Bolsonaro pegou todas as estatais quebradas, entregou tudo com lucro. Sabem o que aconteceu? Estão todas quebradas de novo. Agora a União, o dinheiro de vocês todos e nosso, 6 bilhões vão ser colocados nas estatais, que o Lula fez um cabide de emprego de novo e está quebrando. Por isso tem que privatizar, tem que privatizar tudo, para não ter cabide de emprego e não destruir o patrimônio público como vem fazendo. Então, aqui eu falo: Parabéns ao Governo Ratinho Júnior, que está indo no caminho certo. E o Lula cada dia pior. Informem-se ao redor do mundo, ninguém quer fazer nada com ele. O Presidente Bolsonaro vai na posse do Milei, o Presidente da Argentina, o Lula não vai. O Lula não vai porque não quer ser vaiado. Que vergonha, que vergonha um Presidente que não tem povo e tem medo de sair às ruas, porque todo mundo sabe que ele se elegeu através de uma bela arrumada do STF, dito pelo Gilmar Mendes. O Gilmar Mendes falou: *Estão aí por minha causa*. Está aí, falou outro dia: *Senão não estariam aí, senão estaria aqui*. Mas o Lula, o Lula sempre será bem-vindo aqui, Presidente, em Curitiba. Sempre. A

Polícia Federal está de portas abertas para o Lula voltar ao lugar de que nunca deveria ter saído. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Prefeito de Londrina, Prefeito Marcelo Belinati. Seja bem-vindo aqui à nossa Casa. Deputado Romanelli, V.Ex.^a vai usar a tribuna?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, quero iniciar a minha fala desejando vida longa ao Presidente Lula. Quero dizer, senhoras e senhores, que todos sabemos que nesta Casa aqui conduzimos um amplo processo de ajuste fiscal, que permitiu que o Paraná pudesse retomar o controle da gestão responsável do ponto de vista financeiro, e para isso foi necessário tomar medidas duras. Hoje, recebemos aqui os representantes dos sindicatos que representam os docentes, que, após um longo processo de negociação, chega a esta Casa um Projeto muito importante para fazer uma correção salarial para um segmento tão importante das universidades estaduais do nosso Estado do Paraná. Também nesse processo de negociação com o Poder Executivo, Líder Hussein, estamos aguardando para amanhã a vinda do Projeto de Lei, da Mensagem, Professor Lemos, que faz uma correção salarial também para os funcionários das escolas estaduais que estão no plano de carreira do QFEB. E estou dizendo isso porque todos sabemos que os Governos, seja o federal, o estadual, têm a responsabilidade de tomar medidas e, muitas vezes, as medidas que os governantes tomam não são aquelas que geram *likes* de satisfação na internet, no *Facebook* e no *Instagram*. Muitas vezes, governar de fato é gerar controvérsia. Mas, indiscutivelmente, minha gente, os Estados brasileiros, desde o ano passado, quando às vésperas da campanha eleitoral, por medida eleitoreira, o Ex-Presidente da República enviou ao Congresso, e pactuou com o Congresso uma mudança nas alíquotas dos tributos que estão dentro daquele critério do princípio da seletividade - energia elétrica, gasolina, telecomunicações -, e fez com que o Paraná perdesse R\$ 4 bilhões de receita. E isso corresponde, inclusive, a 25% desses recursos que os municípios também deixaram de arrecadar. Foi uma irresponsabilidade cometida às vésperas da eleição. Por isso que é necessário tomar medidas que são duras que ninguém

gosta, mas de fazer ajustes em relação à alíquota modal do ICMS no Estado do Paraná. E, minha gente, não dá para comparar a economia do Paraná com a do Rio Grande do Sul, nem com Santa Catarina. O Rio Grande do Sul, por exemplo, tem menos população do que o Paraná atualmente, mas, em compensação, tem 30% a mais de receita na sua economia via ICMS por conta do processo que houve em outro momento histórico de industrialização. A nossa base econômica é diferente também de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, nenhum estado tem como o Paraná tem uma alíquota para micro e pequena empresa reduzida como tem no Paraná. A menor alíquota de ICMS para micro e pequena empresa que estão no Simples do Brasil é no Paraná. Isso tem um custo na receita, mas são essas micro e pequenas empresas que geram 65% dos empregos que são gerados no Paraná. Por isso, quero aqui, na condição de Líder da bancada do PSD, dizer da importância de votarmos essas medidas que estão sendo enviadas, porque junto com o aumento da alíquota modal para 19,5%, fazendo correções dentro do princípio da seletividade, teremos a retirada de 7.500 produtos que estão hoje sob o regime de substituição tributária. Isso vai beneficiar todo o setor do comércio e, ao mesmo tempo, vai beneficiar de forma direta especialmente os pais e mães que vão fazer aquisição de material escolar, porque um dos produtos que vai ser retirado são papéis, que envolvem a questão obviamente da substituição tributária. Teremos ajustes na alíquota, por exemplo, que beneficia diretamente a indústria. O gás natural, que beneficia a indústria, vai ter uma redução da alíquota de 18% para 12%. A mesma coisa com o gás natural que atende também domicílios. Tudo isso, minha gente, são ajustes feitos na economia e, também, olhando de certa forma o que vem aí com a reforma tributária. Por isso que a nossa economia é uma economia que tem dinâmica, que tem crescimento, mas não dá para comparar o incomparável. Também vem uma medida importante para pagamento à vista do IPVA. Um aumento de 50% do desconto de 3% para 6%, para que possamos de fato fazer esses ajustes, ajustes que equilibram a receita do Paraná. E que tenhamos sempre a condição de poder fazer os investimentos, fazer os ajustes, como estamos fazendo hoje de votar projetos que fazem a reestruturação de carreiras de servidores públicos. De poder de fato contribuir para que o Paraná

possa continuar avançando, mas avançando, minha gente, com equilíbrio, com o estado com as contas em dia, com equilíbrio fiscal, porque isso é fundamental. Como eu disse lá atrás, o Congresso Nacional cometeu, às vésperas da eleição, e eu disse isso na tribuna, não é hoje que estou falando, disse à época que era uma irresponsabilidade que estava sendo feito. Todos aqui são testemunhas. Temos as notas taquigráficas, tem a *TV Assembleia* que diz claramente isso, Deputada. E o resultado: R\$ 4 bilhões a menos temos hoje de receita no Paraná por conta dessa medida que foi tomada às vésperas da eleição do ano passado. Por isso, essas correções são necessárias. A Bancada do PSD toda ela votará favoravelmente as medidas que o Governador envia a esta Casa, porque temos a responsabilidade de poder governar o Paraná, governar o Paraná nas grandes parcerias que são feitas. Da mesma forma, Deputado Arilson Chiorato, que o Governo Federal toma as medidas que entende que tem que tomar, porque sabemos que, felizmente, o País está crescendo, a economia tem uma outra dinâmica, a inflação está sob controle. Finalmente, a taxa de juros começou a cair mesmo com a autonomia do Banco Central, e tivemos recordes de movimentação na Bolsa de Valores e com estabilidade da moeda. Mas por que isso? Porque tem boa gestão na área fiscal. E quero dizer o seguinte: eu me lembro quando o Ministro Paulo Guedes, o Ministro Paulo Guedes até tinha boas ideias, quero aqui reconhecer publicamente, algumas eu concordava e outras não, mas quando ele fez um movimento radical de redução da queda de juros, Deputado Antenor, ele chegou a 2% de juros no Brasil, ele depois teve que recuar, porque houve uma grande saída daquele capital especulativo no Brasil. E aí quando ele deixou a economia, o Governo anterior deixou uma economia com uma taxa de juros Selic de 13,75%, hoje está em 12,25%. Ainda é necessário deixar essa taxa abaixo de dois dígitos. É fundamental que rapidamente o Governo Federal, o Banco Central consiga reduzir a taxa de juros. Isso, inclusive, está inviabilizando o programa de concessão de rodovias em função da elevada taxa de juros da economia. Isso prejudica, de forma direta, o comércio, o consumo, enfim, a todos que investem. Mas aqui no Paraná, minha gente, temos que fazer a lição de casa, temos que manter as contas em dia e fazer com que possamos prosperar e progredir. Da mesma forma

que entendo que o Governo Federal está tomando as medidas que são necessárias para governar o Brasil, até porque o nosso país, estamos em um contexto internacional muito complexo, guerra Ucrânia, guerra em Israel com o Hamas, preço de petróleo pressionado, mas o Brasil hoje tem autossuficiência, produz 2,8 milhões de barris de petróleo por dia. Estamos expandindo as nossas reservas, tanto que o Brasil, agora, por decisão do Presidente Lula, passa a também a integrar a Opep+ sem ter a condicionante de reduzir produção, porque não podemos reduzir produção de petróleo. Temos de um lado trabalhar para o carbono zero, mas ao mesmo tempo não podemos perder a perspectiva de um país em desenvolvimento... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, para concluir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, manter a política tributária que temos mantido no Paraná custa caro, mas mantemos a melhor política tributária para favorecer o agronegócio, para favorecer as cooperativas, o cooperativismo, que é o mais forte do País. Aqui no Paraná sabemos muito bem quais são as cadeias produtivas que precisam de apoio, e para isso é necessário termos muita responsabilidade na política fiscal e tributária que o Estado desenvolve. Por isso, peço a todas e todos o apoio para que possamos votar as medidas que estão vindo a esta Casa. Obrigado a todas e todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Líder Governo, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, o Deputado Romanelli voltou aos seus velhos tempos de Líder Governo com toda força dele. Gente, durante todo esse meu período que estou aqui nesta Casa uma das coisas que mais exercitei aqui foi a empatia, a paciência, o respeito ao próximo, a construção do diálogo, sempre levando ao limite da possibilidade de dialogar. Acho que não tem aqui um sindicato, uma corporação que eu não recebi no meu gabinete como Líder Governo. Alguns resolvemos, outros não, faz parte do processo. Não sou

Governador, sou Líder Governo. É esse meu papel e tento levar todas as expectativas dos colegas da Base que eu represento, e tenho muito respeito pela Oposição também que, não raras vezes, me solicitaram algumas reuniões e estou sempre aberto. No meu *WhatsApp* não tem dia, não tem hora, não tem momento, eu respondo a todos. Faço isso com muita honra e com muita dignidade. Mas, Sr. Presidente, demais colegas, ouvi agora atentamente algumas solicitações, e eu comungo delas, de alguns aspectos de melhoria das carreiras. Nós temos aqui o projeto dos docentes das universidades, temos algumas outras carreiras que precisam ser contempladas, e existe um desejo do Governador em continuar esse processo que foi iniciado este ano, sabe que algumas ficaram para trás, mas tudo tem o seu tempo para que isso possa ser executado. Mas eu vejo assim, gente, sempre com o maior respeito, alguns discursos, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas, cobrando uma ação efetiva para melhorar essa carreira, outra, outra, outra, outra, outra... E é justo. É justo, mas não tem almoço grátis. Da onde que vem o *massari*? Sabe o que é *massari* em árabe? Da onde que vem? É preciso que nós tenhamos essa tranquilidade para fazer uma análise aqui de porque surgiu essa proposta do ICMS do Governo. Do nada? Existe algum governante que quer fazer? Não. É porque houve uma ação em Brasília, e não estou dizendo que foi deste Governo atual. Houve uma ação em Brasília que tem o resultado prático aqui no Paraná. Com todo respeito que o Deputado Arilson merece, que é um tribuno fantástico, ele falava que as empresas vão para Santa Catarina. Será que elas não vão para Bahia que é governado pelo PT e foi de 19 para 20,5%? É uma pergunta que eu faço, com todo respeito. Por que será que esses Estados aprovaram essa alíquota? Então, é preciso ter muita serenidade, muita tranquilidade. Respeitamos o voto de cada um, respeitamos o poder de cada Deputado, independente de que seja da Base. Eu sei que tem alguns Deputados da Base que têm dificuldades, sei, sei, e aqui nós tratamos com o maior respeito. Presidente, é preciso ter essa serenidade de que nós possamos discutir. O pessoal está pedindo o QFEB. Acho importantíssimo. Estou batalhando faz tanto tempo, tem vários Deputados batalhando aqui. Desculpa a brincadeira, para mim virou “quase que febre” de tanto que estou nervoso com isso, no bom sentido. Mas sabe quanto custa por

ano? Vocês sabem quanto custa? Cem milhões de reais. Então, é preciso que todos tenhamos a consciência necessária de entender o seguinte: todo governante quer fazer mais o melhor e avançar nas carreiras, mas é preciso ter responsabilidade fiscal. Eu vi alguns questionando essa questão da renúncia fiscal. Gente, é preciso entender uma coisa: de alguma forma nós precisamos gerar emprego. Como é que você vai gerar emprego se você não oferecer incentivos? Espera um pouco. Espera um pouco. As empresas querem benefícios. Se não dermos aqui vão buscar em outros Estados, e nós vamos perder emprego. E quanto que esses benefícios fiscais saem, mas quanto que eles voltam? Quanto? Quanto que eles voltam em pessoas que estão recebendo, trabalhando, ganhando, comprando no supermercado, comprando na padaria, investindo, comprando sapato, uma camisa, uma calça? Então, essa conta ninguém faz? Precisa ser feita. Quanta gente está trabalhando? Então, gente, quero de vocês o seguinte: a compreensão. No Estado do Paraná, o Governador tomou uma decisão que não é fácil de tomar, até acho que neste mandato dele não vai ter muita influência, quase nada, quase nada financeiramente, se é outro agente político do Governador talvez nem faria, mas ele está pensando nas futuras gerações porque vocês sabem muito bem que os próximos quatro anos vão determinar a arrecadação dos próximos 40. Então, é essa consciência que precisamos ter. Sem contar que ao lado desse projeto... E eu respeito a Oposição que é contra, claro, eu respeito, gente, são opiniões divergentes, e até tem colegas nossos que são contra, claro. Mas é preciso fazer o seguinte: ancorado neste projeto tem algumas questões importantes em relação principalmente à substituição tributária, que vai fazer uma diferença enorme na vida de todos os consumidores do Paraná. É preciso dizer isso. Então, quero finalizar aqui dizendo que tenho muita tranquilidade. Os senhores podem ter a segurança necessária para que possam votar com toda tranquilidade possível esse projeto, para que o Paraná tenha o equilíbrio, para que no ano que vem nós possamos, Sr. Presidente, continuar respeitando, valorizando as carreiras, e essa porta do gabinete da Liderança do Governo vai estar sempre aberta a todos vocês. Muito obrigado e até breve.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Serginho, primeiro suplente de Deputado Estadual pelo PSB. Seja bem-vindo. Próximo orador, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, caros colegas, lembraram-me há pouco que o pessoal insiste em falar do ex-presidiário, mas vamos pensar para frente, não é? Vamos pensar no futuro, vamos pensar no futuro presidiário, que é o Ex-Presidente da República Jair Bolsonaro. E, falando em futuro, vamos falar de ICMS. Bom, vamos lá! Quem gera empregos de carteira assinada no nosso Paraná, ou melhor, no Brasil como um todo? Oito em cada dez empregos, pequenas, micro e médias empresas. Isenção fiscal é para Havan, é para Ambev, é para multinacional, é para financiador de campanha, é para empresas que tem possibilidades de ter amigos no Governo. O Sr. João da padaria não tem isenção fiscal, a Dona Maria, que vende roupas na lojinha lá em Pinhais, não tem isenção fiscal. As grandes empresas multinacionais e cooperativas aqui no Paraná têm isenção fiscal, mas com o aumento de ICMS quem vai pagar a conta é o pequeno, o médio e o microempresário. E é este pequeno, médio e microempresário que paga o ICMS no Paraná de forma antecipada, através da Substituição Tributária. Quando ele compra o seu estoque, o ICMS é cobrado dele e ele tem que desembolsar o dinheiro para pagar esse ICMS, para depois repassar esse ICMS ao seu produto, ao preço do seu produto, gerando então inflação e um produto mais caro. A Havan, por exemplo, paga a Substituição Tributária, mas ela transforma esse pagamento em créditos tributários, e depois ela ainda tem isenção. Então, a calça jeans vendida pela Dona Maria custa R\$ 250,00, a mesma calça jeans vendida pela Havan vai custar R\$ 100,00, R\$ 150,00, porque ele tem isenção fiscal e ele ainda tem a benesse de comprar milhares e milhares de calças jeans, podendo negociar o preço. O aumento de ICMS no Paraná prejudica quem gera oito em cada dez empregos deste Estado. Não tem nada a ver com reforma tributária, não tem nada a ver com o desconto ridículo de IPVA de 6% em cima do IPVA mais caro que existe no Brasil, que a nossa é a alíquota mais cara do Brasil junto com alguns outros Estados. E quando dizem que o Governador da Bahia vai fazer a mesma burrada

no seu Estado, ele ser do PT não exime ele disso. Se ele fizer isso está trabalhando contra quem gera empregos no seu Estado, e vai sim perder empresas. Isenção fiscal quando atrai novas tecnologias, quando ela traz geração de emprego e quando – prestem muita atenção nisso, senhores – quando ela é utilizada para atrair uma empresa para uma área onde o desemprego está grande e o IDH está baixo, ela é interessante. Isenção fiscal para empresas que trabalham, por exemplo, na Grande Região de Curitiba, onde eles viriam de qualquer jeito, porque estão perto de um aeroporto e do Porto de Paranaguá, não faz sentido, a não ser que gerem milhares e milhares e milhares de empregos, não 100 empregos, 90 empregos, 200 empregos, 400 empregos. Aumentar impostos hoje no Paraná é tentar cobrir um rombo de caixa de má gestão fiscal e tentar cobrir um rombo de caixa gerado pela irresponsabilidade fiscal do Ex-Presidente Jair Bolsonaro, que mexeu no ICMS dos combustíveis, que tirou dinheiro dos Estados e dos Municípios e que, durante a campanha, pensando em votos, foi um movimento aplaudido pelo Governador Ratinho Júnior. Então, Juninho, ou era bom, ou era ruim, não dá para ser os dois! Aumentar impostos no Paraná é fechar as portas de pequenas empresas, é judiar da indústria paranaense, é transformar quem bravamente luta para manter um CNPJ aberto e gerando empregos, pagando salários dignos aos seus funcionários, é obrigá-los a fechar as portas, enquanto empresas como a Ambev e a Renault continuam com isenção fiscal. Venderam a Copel, cuja empresa dava dinheiro, todo mês pingando no caixa do Estado, muitos mais do que os 100 milhões necessários para acertar o QFEB, mas venderam a galinha dos ovos de ouro e o dinheiro sumiu. Puft! Virou meu campinho, virou 500 metros de asfalto novo, vida nova. E daí, para dar sustentação a um Governo de propaganda, vem o aumento de imposto, que vai colocar a corda, a faca no pescoço de quem gera empregos. A Faciap é contra, o G-7 é contra, o Sindilouça é contra, qualquer um que esteja pagando salários e que não esteja incluído na isenção fiscal do Governo é contra! Só é a favor de aumentar impostos quem joga contra a economia paranaense. Existe uma teoria chamada Teoria de Laffer sobre tributos, Sr. Presidente, que os tributos, conforme você vai aumentando, você aumenta a arrecadação até você chegar em um ponto

onde a carga tributária é tão pesada que ou se sonega ou se fecham as empresas, e a tributação cai. Qualquer aluno de economia pode explicar isso ao Governador. Qualquer aluno de economia pode explicar isso! O que temos é um rombo causado por uma jogada eleitoral aplaudida pelo Governador tentando salvar a eleição de Bolsonaro e uma irresponsabilidade fiscal concedida aqui no Paraná em forma de isenção, passando de 17 bilhões, podendo chegar a R\$ 20 bilhões em isenção. E volto a dizer: se essas empresas que recebem a isenção são tão boas para o Paraná, se elas geram empregos, se elas devolvem para o Estado, por que o Governo do Estado se recusa a explicar para o próprio Tribunal de Contas do Estado quanto cada uma dessas empresas recebe, para que possamos ver qual é o tamanho do retorno dessas empresas para a sociedade paranaense, para o Governo do Estado, porque me parece que se esses dados forem abertos veremos que as isenções são concedidas com um retorno que beira o ridículo. Os critérios para isenções no Paraná são desconhecidos e se são desconhecidos deve ser porque são patéticos e não se sustentam ao escrutínio da luz solar, ao escrutínio da imprensa, desta Casa e do Tribunal de Contas do Estado. O sol é o melhor detergente. Se são tão bons esses privilégios, que eles sejam abertos. Porque para arrecadar o que eles querem arrecadar a mais, atrapalhando todo o nosso sistema econômico de pequenas, micro e médias empresas e indústrias do Paraná, que abram os números para nós desta Casa fiscalizarmos e para a população tomar ciência, porque com uma pequena revisão nas isenções fiscais baixamos de 20 para 15, para 10, para 5 bilhões e arrecadaríamos muito mais sem colocar o pé no pescoço de quem gera, repito, 8 em cada 10 empregos de carteira assinada no nosso Estado. Vamos discutir o nosso Paraná, por favor!

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputada Maria Victoria.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Gostaria de agradecer e registrar em ata a presença hoje da Irini Tsouroutsoglou, que é uma autoridade nacional em energia

limpa, autora do livro que foi lançado hoje na Fiep. Agradecer pela contribuição que fez também ao texto do Projeto da Lei que foi aprovada por unanimidade nesta Casa, em tempo recorde. Então, fica aqui o nosso agradecimento e também a gratidão pela oportunidade de escrever um artigo e participar dessa obra tão importante, que é hoje a maior obra do Brasil em termos de energia, está aqui mapeada toda a energia do nosso País, inclusive nuclear, é o único livro desta natureza existente hoje em nosso País. Então, é uma alegria enorme para esta Casa de Leis recebê-la no dia de hoje. E ficamos à disposição sempre para contribuir neste tema tão importante que hoje, graças a cada um dos Parlamentares aqui presentes, o Paraná sai na frente em um ambiente muito favorável para ser referência e mudar o perfil econômico energético do Estado do Paraná, sendo referência para o Brasil. Muito obrigada a todos. E obrigada, Irini, pelo seu trabalho e pela presença aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Queremos também aqui, em nome da Mesa Executiva, registrar a presença da nossa eminent autora do livro, convidada especial da Deputada Maria Victoria, e que prestou uma contribuição muito grande à elaboração do Projeto. Seja bem-vinda sempre à nossa Casa. Um abraço. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Flávia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD),

Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhrer (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) (52 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Cantora Mara Lima (REP), conforme art. 97 inc. IV do § 3.º do Regimento Interno e Gilson de Souza (PL), conforme art. 168 inc. IV e III do Regimento Interno (2 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projeto de Lei: (Com apoio e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 1024/2023**, do Deputado Goura, que dispõe sobre a conservação dos Rios Piquiri e Ribeira; **Autuado sob o n.º 1025/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, que dispõe sobre o fornecimento de água potável filtrada de forma gratuita aos clientes de bares, restaurantes, lanchonetes, padarias, hotéis, shopping centers e estabelecimentos similares no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 1026/2023**, do Deputado Tercílio Turini, que denomina João Lopes o futuro viaduto da PR-444, km 34, em Mandaguari; **Autuado sob o n.º 1027/2023**, do Deputado Tercílio Turini, que denomina Mário Altomani o futuro viaduto da PR-444, entre os km 34 e 36, na altura da Estrada Vitória do Meio, em Mandaguari; **Autuado sob o n.º 1028/2023**, do Deputado Tercílio Turini, que denomina Henrique Pelloso a futura trincheira da PR-444, km 38, na altura da Estrada do Alegre, em Mandaguari; **Autuado sob o n.º 1029/2023**, dos Deputados Hussein Bakri e Nelson Justus, que reconhece como Patrimônio Artístico do Estado do Paraná e como manifestação da cultura paranaense a “Banda de Guaratuba”.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Senhores Deputados, Comunicado. Solicito aos Sr.^s Deputados Presidentes das Comissões Permanentes e Blocos Temáticos a entrega do relatório semestral de suas atividades até o dia 15 de dezembro de 2023, conforme §5.^º do art. 39 do Regimento Interno da Assembleia. Os relatórios devem ser protocolados via SEI e enviados diretamente à unidade da Diretoria Legislativa.

Solicito ao Deputado Alexandre que faça a leitura de três Mensagens que acabam de chegar a Casa.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Mensagem n.^º 207/2023 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.^º 1030/2023**) que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Loanda, do imóvel que especifica; **Mensagem n.^º 208/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.^º 1031/2023**) que altera a Lei n.^º 10.898, de 22 de agosto de 1994, que cria o Fundo de Reequipamento do Fisco e estabelece critérios quanto ao seu funcionamento; **Mensagem n.^º 209/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.^º 1032/2023**) que altera a Lei n.^º 21.354, de 1.^º de janeiro de 2023, que regulamenta o Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do art. 205 da Constituição Estadual, e dá outras providências, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 233/2022, de autoria da Deputada Maria Victoria e do Deputado Hussein Bakri, que institui o Dia da Imigração Libanesa. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados Alisson, Arilson, Luís Corti, Jacovós, Evandro Araújo, Marcio Pacheco, Ricardo Arruda, seus votos. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Arilson Chiorato, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza e Ricardo Arruda (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 233/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata os votos favoráveis dos Deputados Arilson Chiorato e Evandro Araújo.)**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, registre o meu voto, por favor, Deputado Arilson.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, devidamente registrado.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, da mesma forma, Deputado Evandro. Voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Deputado Evandro também. Devidamente registrado.

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 415/2023, de autoria dos Deputados Cantora Mara Lima, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Gilson de Souza, Ricardo Arruda e Delegado Tito Barichello, que altera a Lei n.^º 16.929, de 11 de outubro de 2011, que institui o Dia Estadual da Marcha Para Jesus. Pareceres favoráveis da

CCJ e Comissão de Cultura. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Novo Itacolomi, Mauridio, Ébisom e Edinho, por solicitação do Deputado Cobra Repórter e do Deputado Adriano José. Sejam bem-vindos. Senhores Deputados, por favor, vamos votar para que eu não tenha que fazer a chamada aqui. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (46 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Cantora Mara Lima, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Marcio Pacheco, Renato Freitas e Soldado Adriano José (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 415/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Fabio Oliveira.)**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 729/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 141/2023, que altera os art.ºs 21 e 24 da Lei n.º 19.173, de 18 de outubro 2017, que dispõe sobre a organização da política da criança e do adolescente no Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Emenda de Plenário

com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito, o voto é “sim”.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente. Deputado Fabio Oliveira. Só queria registrar meu voto “sim” na votação anterior, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Gilson de Souza, Goura, Moacyr Fadel e Soldado Adriano José (9 Deputados). Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 729/2023.**

Vamos submeter ao voto a Emenda. Em discussão a Emenda. Para encaminhar, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e Deputadas. Em relação à emenda, é uma emenda na realidade de correção ao Projeto, porque no

texto original o Projeto coloca que a aprovação final das contas das políticas em relação às crianças e adolescentes será do órgão gestor. No entanto, isso pode levar a uma interpretação errada, porque a aprovação final das contas do Executivo compete, na realidade, ao Tribunal de Contas. Então, a nossa Emenda só acrescenta, no § Único do art. 2, que a aprovação final não afasta a competência do Tribunal de Contas, que a aprovação final depende ainda do Tribunal de Contas, conforme já a legislação do no nosso País. Então, peço o voto “sim” de todos os Deputados e Deputadas. Não consigo entender, já conversei com o Deputado Hussein e ele me adiantou qual seria a posição do Governo, mas confesso a vocês, Deputados, que não consigo entender porque o Governo não aceitou a Emenda, porque não é uma Emenda prejudicial ao Projeto, e é uma Emenda de correção na realidade. Isso só me faz imaginar que existe alguma pretensão de tirar que a aprovação das contas das políticas de criança e adolescente saiam das mãos do Tribunal de Contas. Por isso, reforço o pedido, sim, porque é uma questão de corrigir o Projeto para aquilo que a legislação já prevê. A competência de aprovação final das contas do Executivo é do Tribunal de Contas, não é do órgão gestor de nenhuma política. Por isso, peço o voto “sim” de todos os Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ontem, hoje e sempre, constitucionalmente, a palavra final é do Tribunal de Contas. Não tem. Isso está na Constituição. Portanto, não muda nada. Quero só, respeitosamente, tenho um carinho enorme pelo trabalho da Deputada, sempre que posso peço para tentar encaminhar, aprovar, mas neste caso, que é importante salientar que a aprovação final das contas a que se refere o dispositivo diz respeito à aprovação de contas enquanto órgão de execução, e não como órgão de controle, que é competência do Tribunal de Contas. Portanto, está clara a minha resposta aqui para a Deputada. É simplesmente por esse motivo que, respeitosamente, quero divergir

da Deputada e pedir a todos os colegas que compõem a nossa Base o voto “não” à Emenda, com muito sentimento, mas, infelizmente, não deu para construir e o voto é “não”. Repito aos colegas que compõem a base: o voto é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados a emenda.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim” na emenda da Deputada Ana Júlia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho e Samuel Dantas (9 Deputados); Votaram Não: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Reichembach, Ricardo Arruda, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (35 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Do Carmo, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Goura, Mabel Canto, Paulo Gomes e Soldado Adriano José (10 Deputados).] Com 9 votos favoráveis e 35 votos contrários, está rejeitada a Emenda.**

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Ah, votei errado. Tem como corrigir?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Agora fica lá o voto, deixa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD):

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 904/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 171/2023, que institui o Programa Mãos Amigas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de

urgência. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”. Projeto importante, Sr. Presidente.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Presidente, pela ordem aqui, enquanto os Deputados votam.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Pela ordem, Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Amanhã, Presidente, realizaremos, às 9h15, uma reunião, uma sessão ordinária da Comissão de Finanças e Tributação para deliberar alguns Projetos, dentre eles o Projeto que versa sobre as universidades. Então, quero fazer um convite a todos os Sr.^s Deputados que compõem a Comissão de Finanças e Tributação, para que amanhã, às 9h15, na sala da CCJ, possamos deliberar esses projetos pela Comissão de Finanças. Obrigado, Presidente.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, apenas um comentário, enquanto os Deputados concluem a votação. Este Projeto *Mãos Amigas* que estamos votando é um projeto fantástico, que leva detentos para realizar trabalhos, têm realizado trabalhos nos colégios estaduais, em diversas parcerias, inclusive com Prefeituras. E Maringá, Sr. Presidente, tem uma grande experiência com presos trabalhando, têm algumas empresas instaladas lá na Unidade de Progressão em Maringá. É um projeto assim que tem que ser aplaudido, porque tem trazido dignidade aos detentos, e de fato é um projeto que recupera pessoas. Então, parabéns ao Governo por esse projeto e que esse projeto possa crescer ainda mais no estado e que possamos ter muitas experiências a contar em relação ao *Mãos Amigas*, e a todo trabalho espalhado pelo Paraná de detentos realizando tarefas para progressão de pena. Muito bom, Presidente. Parabéns ao Governo.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, Deputada Mabel, aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Sim, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Também queria falar sobre o Projeto, porque acho que ele é muito importante, e nós temos uma experiência realmente muito produtiva em Ponta Grossa, o programa *Mãos Amigas* nas escolas, como o próprio Deputado Evandro já falou, inclusive uma parceria com o próprio Operário, nosso time do coração, vários detentos também trabalhavam lá no nosso time. E eu quero fazer uma referência aqui a um dos idealizadores em Ponta Grossa, que era o Silveira, que era do Depen, já está aposentado, mas que foi um dos grandes nomes desse programa ali na nossa cidade de Ponta Grossa.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputado Fabio.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Só para concordar com o Deputado Evandro e também com a Deputada Mabel. É uma pauta que já tenho defendido mesmo antes de ser Deputado Estadual sobre efetivamente uma participação do sistema prisional, mais especificamente dos presos, produzindo algo em favor da sociedade. E nós vemos nas penitenciárias industriais realmente o que o trabalho faz na progressão, não só na progressão, mas também no psicológico do preso. Então, mérito sim, meus parabéns aí ao projeto que vem do Poder Executivo em relação a esse projeto, para que efetivamente não tenhamos só pessoas lá presas sem fazer nada, mas efetivamente produzindo em favor do Estado paranaense.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Para encerrar, Deputado Cobra, Cristina, Do Carmo, Goura, Soldado Adriano, que ainda não votaram. Como todos disseram aqui, um Projeto importante de autoria do Governo do Estado. Vou encerrar a votação. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino,**

Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (45 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Do Carmo, Gilson de Souza, Goura, Marcel Micheletto e Soldado Adriano José (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 904/2023.

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de lei nº 962/23, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 189/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de trechos rodoviários que especifica e a transferência do domínio desses ao município de Três Barras do Paraná. Parecer favorável da CCJ.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Para encaminhar, Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, permita-me encaminhar daqui. Presidente, quero encaminhar favorável e quero aqui, também, a atenção do nosso Líder do Governo, Deputado Hussein, porque é um projeto que tem obviamente uma intenção de transferir um trecho que é do Estado para o município de Três Barras do Paraná. E como esse projeto existem várias situações no Paraná, em que os municípios poderiam receber trechos, determinados trechos que são estaduais para que passem, portanto, ao domínio do município. E por que estou falando sobre isso, Presidente? Porque se por um lado tem esses trechos pequenos que podem ser transferidos aos municípios, têm outros trechos grandes que o município não conseguiria receber para poder fazer a manutenção. E nós temos com essas chuvas, Presidente, nobres Deputados e Deputadas, diversas rodovias, trechos que passam próximos aos municípios em situações muito difíceis, de buraco, situações de pequenos desmoronamentos na beira da rodovia. E o que está acontecendo? No caso dos buracos, os Prefeitos não podem fazer nada porque o trecho é estadual. E isso, Presidente, e eu quero dizer, Deputado Hussein, que o meu manifesto agora, porque a semana passada

isso custou a vida de uma jovem, Ana Gabriela, lá na região de Reserva, que estava em uma motocicleta, o carro da frente foi reduzir por causa de um buraco, ela se perdeu, e houve praticamente um atropelamento com um caminhão. Essa jovem perdeu a vida porque o município não tem autorização para ir lá e tapar o buraco de maneira emergencial. E nós temos um Projeto de Lei aqui, Presidente, que pode resolver isso. Eu gostaria de pedir que nós pudéssemos avançar, pautar essa matéria, porque se autorizarmos de maneira emergencial, sem transferir a responsabilidade, o Prefeito pode ir lá e tampar um buraco e uma tragédia como essa não teria acontecido. Eu encaminho favorável, mas aproveito a oportunidade para lembrar essa necessidade aqui, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Como indicam os Líderes? Líder do Governo?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Recebi a mensagem do Deputado Evandro. Conte com o meu apoio. O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): A Liderança da Oposição, como indica o voto?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputados que ainda não votaram, o voto é “sim”, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputado Paulo, Mabel, Soldado Adriano, Flávia, Goura, Do Carmo, Cristina, ainda não votaram. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago**

Buhrer e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Do Carmo, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Mabel Canto, Marcel Micheletto e Soldado Adriano José (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de lei n.º 962/23.**

Agora os **Itens 6 e 9** vamos votar agrupados.

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 627/2023, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1441/2023, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Bandeirantes. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 823/2023, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1926/2023, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Ivaiporã. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Então, os Iten 6 e 9, vamos para a votação. Como votam os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Pela ordem, Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Só avisar aqui aos nossos companheiros que são da Comissão do Idoso que, logo depois da Sessão, teremos a nossa reunião ali na sala Arnaldo Busato, para deliberarmos alguns Projetos, e é a última reunião do ano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputados que ainda não votaram: Deputada Ana Júlia, Cristina Silvestri, Batatinha, Denian, Do Carmo, Goura, Mabel, Luís Corti, Gugu, Ney Leprevost, Moacyr Fadel, Matheus, Soldado Adriano e Tiago Amaral. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro,**

Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Do Carmo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luis Corti, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata os votos favoráveis dos Deputados Luís Corte e Tiago Amaral.)

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Registro o voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Também registrado em Ata do Corti e do Tiago.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 644/2023, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Ademar Traiano, Hussein Bakri, Soldado Adriano Jose, Ney Leprevost, Gilberto Ribeiro, Batatinha, Deputado Tito Barichello, Gilson De Souza, Adão Litro, Cloara Pinheiro, Arilson Chiorato, Maria Victoria, Luiz Claudio Romanelli, Professor Lemos e Tiago Amaral, que denomina Artagão de Mattos Leão o viaduto localizado na PR-466 e Avenida Manoel Ribas sobre a BR-277, no município de Guarapuava. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Até faço um apelo aos Deputados, que votem “sim”, não é, Líder?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É o meu apelo também, em virtude da trajetória do querido falecido, Conselheiro Artagão de Mattos Leão. Imagina a

emoção do seu filho aqui. Então, queria pedir a todos os colegas que prestássemos esta homenagem votando “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Do Carmo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Reichembach, Renato Freitas e Soldado Adriano José (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 644/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Moacyr Fadel.)**

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Presidente, não consegui votar aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputado Moacyr Fadel, está registrado em Ata. Mais algum Deputado?

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 813/2023, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que cria a Semana Estadual de Conscientização e Combate ao Capacitismo. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Como votam os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante Projeto. Tem o nosso apoio. Voto “sim”. Os senhores que ainda não votaram no capacitismo, Projeto do Romanelli, queria pedir o voto “sim”. É importante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Adão Litro, Deputado Batatinha, Cobra, Cristina, Do Carmo, Doutor Antenor, Goura, Gugu Bueno, Mabel, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Reichembach, Soldado Adriano. Encerrada a votação: **Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Do Carmo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Reichembach e Soldado Adriano José (14 Deputados). Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 813/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Moacyr Fadel.)**

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Novamente, Presidente, não funcionou.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Fadel, registrado em Ata.

Os Itens 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 votaremos de forma agrupada, são matérias correlatas.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 912/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 175/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Janiópolis, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 913/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 176/2023, que autoriza o Poder Executivo efetuar a

doação, ao município de Sengés, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 914/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 178/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Janiópolis, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 915/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 177/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Congonhinhas, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 941/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 180/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de São Pedro do Iguaçu, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 15 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 942/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 181/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Diamante do Norte, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 16 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 943/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 182/2023, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, a efetuar a doação, ao município de Diamante do Norte, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 17 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 944/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 183/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Presidente Castelo Branco, dos imóveis que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 18 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 945/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 184/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Maringá, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 19 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 959/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 186/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Maringá, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Como vota o Líder?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Liderança da Oposição, Requião?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Em votação. Deputados Romanelli, Gugu, Mabel, Nelson Justus, Do Carmo, Cristina. Encerrada a votação: **Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Do Carmo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus e Soldado Adriano José (11 Deputados). Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

Os Itens 20, 21 e 22 também de forma agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 20 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 960/2023, de autoria Poder Executivo, Mensagem n.^º 187/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de trecho rodoviário que especifica e a transferência do domínio desse ao município de Floresta. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 21 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 961/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 188/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de trecho rodoviário que especifica e a transferência do domínio desse ao município de Nova Esperança. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 22 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 963/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 190/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de trecho rodoviário que especifica e a transferência do domínio desse ao município de Santa Helena. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Como votam os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Vamos finalizar a votação, quem ainda não votou. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Bührer e Tiago Amaral (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Do Carmo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Requião Filho e

*Soldado Adriano José (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.***

ITEM 23 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 988/2023, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Brasileira de Espinha Bífida, com sede no município de Curitiba. **Retirado de ofício pelo Presidente.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.^º 3149/2023, do Deputado Hussein Bakri, requerendo a tramitação em regime de urgência aos Projetos de Lei n.^ºs 319/2022, 1005/2023, 1015/203, 1019/2023, 1020/2023, 1021/2023, 1022/2023 e 1023/2023. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.**
(Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.^º 3107/2023, do Deputado Ademar Traino, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em segunda discussão na Ordem do Dia, que foram aprovados sem emendas. Em discussão. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.**
(Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.^º 3093/2023, da Deputada Ana Júlia, solicitando o registro de menção honrosa ao Padre Joaquim Parron, pela atuação no combate à fome e à miséria no Estado do Paraná; **Requerimento n.^º 3094/2023**, dos Deputados Professor Lemos, Doutor Antenor, Goura, Luciana Rafagnin e Renato Freitas, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa pelos 25 anos do Bloco Garibaldis e Sacis; **Requerimento n.^º 3095/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de menção honrosa pela comemoração dos 35 anos do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário

do Estado do Paraná - Sindijus/PR, celebrado no dia 8 de dezembro; **Requerimento n.º 3096/2023**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Joana Fakuda; **Requerimentos n.ºs 3097 a 3106, 3108, 3109, 3111 a 3124, 3127 a 3138, 3140, 3144, 3145 e 3147/2023**, do Deputado Thiago Bührer, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa para: Assados da Cabanha; Azem Imóveis; Bike Shop; Borracharia BBJ; Colégio Estrela Guia; Franchetto e Voltolini Assessoria Contábil; Churrascaria Los Pampas; Mauloni Veículos; MCA Centro Automotivo; Distribuidora de Bebidas Premium; Colégio Tradição; ECM Contabilidade; Narcel Equipamentos para Gastronomia; Nilma Noivas; Escola pedacinho do Céu; Xangai Store; Centro Automotivo Foggiatto; Oficina do Impresso; Pigatto Ferragens e Materiais de Construção; Poncho Crioulo Agropecuária; Posto Barão; Posto Tio Zico; Shopping São José; Trifar Transportes; Vale Fértil Indústrias Alimentícias; Votoplast Indústria e Comércio de Plásticos; Alceu Cabeleireiro; Banda Pra Sacudir; Bella Casa; Loja Bonatto; Candy Boutique; DS Materiais de Construção; Future Publishers Group; Grupo Folclórico Italiano Cuore D'Itália; Grupo Polonês Wawel; Grupo Folclórico Ucraniano Soloveiko; JP Vintage Barber; Dirceu Martinelli Barbearia; Michelli Boardshop; Mlw Store; Minon; e Mercado Zanchetta; **Requerimento n.º 3125/2023**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Sr. Rodrigo Ferla, paranaense eleito pela segunda vez o melhor técnico de Taekwondo do mundo; **Requerimento n.º 3126/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Sebastiana de Freitas Ferracioli, ocorrido no dia 29 de novembro, no município de Goioerê; **Requerimento n.º 3139/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao II.^{mo} Sr. Nery José Thomé, Diretor do Jornal Tribuna do Interior de Campo Mourão, pela assunção do cargo de Presidente da renomada Associação de Jornais e Portais do Paraná (ADIPR); **Requerimento n.º 3141/2023**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo ações para o cumprimento da Lei n.º 21.324/2022; **Requerimento n.º 3142/2023**, do

Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Presidente da Câmara Municipal de Toledo, Sr. Dudu Barbosa, com voto de desagravo à Sr.^a Rosselane Liz Giordani, Secretária de Cultura do município de Toledo, por razão das declarações proferidas naquela honrada Casa Legislativa pelo Vereador Marcelo Marques; **Requerimento n.^º 3143/2023**, dos Deputados Requião Filho, Doutor Antenor, Hussein Bakri, Cobra Repórter e Gilberto Ribeiro, solicitando envio de Moção de Apoio ao Projeto de Lei n.^º 4814/2019, que tramita na Câmara dos Deputados; **Requerimento n.^º 3146/2023**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, Sr. Valdemar Bernardo Jorge, requerendo a regulamentação da Lei n.^º 21.306/2022; **Requerimento n.^º 3148/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente aos II.^{mos} Sr.^s Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT no Estado do Paraná, Diretor-Geral do DER/PR e Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo providências urgentes para a implementação de semáforo, lombada ou redutor de velocidade eletrônico no trevo da BR-369, no município de Andirá, que dá acesso à rodovia PR-092, sentido município de Barra do Jacaré, diante dos recorrentes casos de acidentes de trânsito naquela região; **Requerimentos n.^{os} 3150 e 3151/2023**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos Sr.^s: Ivo Pierin Junior; e Maurício Gehlen.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.^º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.^º 3110/2023**, do Deputado Paulo Gomes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4 de dezembro de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 6 de dezembro, às 9h30, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 664/2021, 50/2023, 444/2023 e 850/2023; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 627/2023, 644/2023, 813/2023, 823/2023,

912/2023, 913/2023, 914/2023, 915/2023, 941/2023, 942/2023, 943/2023, 944/2023, 945/2023, 959/2023, 960/2023, 961/2023 e 963/2023; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 502/2023, 835/2023 e 1010/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h53, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)